

Sr. Presidente, estamos desejosos de que esta votação seja aberta e envidaremos todos os esforços nesse sentido. É uma votação excepcional, inclusive na sua forma de processamento. A Nação brasileira, não admitirá ser enganada.

O SR. JORGE UEQUED (PSDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, como nos filmes de faroeste, a quadrilha começa a se assustar, e todos esperam um final feliz da vitória da justiça e do bem contra os impostores.

Fernando Collor de Mello assumiu o Governo pela legitimidade do voto, mas, pela sua traição, pela sua irresponsabilidade e conivência com o crime e com a fraude, tornou-se um impostor. Hoje, não há mais no Brasil uma voz sequer que se levante em defesa da manutenção do Presidente da República. Os discursos favoráveis são tão caros que já não sei se o que o PC desviou dará para pagar o custo da manutenção.

Há um País que clama e grita, que não quer mais suportar a farsa e a bandalheira. E há um Congresso Nacional que precisa estar atento ao reclamo popular e não às benesses governamentais.

O que se vê hoje no Congresso são os Deputados e Senadores conferindo com as bases o que têm de fazer. O Deputado Pinga Fogo de Oliveira demorou a consultar a sua base, mas, quando o fizer, sentirá a imediata reação: “Fora Collor!” “Fora os impostores!” Mandar embora a farsa e a mentira. E o Congresso, quando começa a realizar esta tarefa, quando instala uma CPI sob os melhores auspícios e de ótima qualidade, devolve à Nação o sentimento que recebeu.

É preciso preparar a queda. É preciso construir o **impeachment**, é preciso negociar o afastamento. Alguns, mais acostumados à vida parlamentar, não têm muita esperança de que o Presidente Collor tenha um pouco de juízo e renuncie. Até usam a frase de sua mãe: “Ele não tem juízo nenhum”. Mas os parlamentares estão conscientes de que o Presidente é um irresponsável e não pode liquidar a Nação pela sua irresponsabilidade. Estão tentando uma negociação pela renúncia e encaminhando, também, o processo de **impeachment**, uma decisão da Nação contra a violência do impostor que assumiu a Presidência.

Não há exemplo na história do País de um impostor que tenha praticado tanta leviandade e tanta irresponsabilidade e prejudicado tanto o sentimento nacional e o Erário. O pior da fraude do Collor é que ele burlou a esperança de 35 milhões de pessoas. Não me encontro entre esses que se enganaram com ele, mas os respeito. Ele fraudou essa esperança. Ele mostrou um discurso que, na verdade, era um antidiscurso; ele acenou para a Nação como um ação que era apenas para engordar e colocar uma cortina de fumaça nos negócios do seu sócio, o Sr. Paulo César Farias. Mandar Collor embora, hoje, é uma medida de higiene nacional, é uma medida de limpeza nacional. O País não pode suportar esse irresponsável e essa quadrilha na Presidência da República.

(Texto escoimado de expressões anti-regimentais, nos termos do art. 17, V, b, do Regimento Interno.)

O SR. CARRION JÚNIOR (PDT — RS) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, a contagem regressiva se iniciou hoje. Todos sabemos, até pelas manifestações neste plenário, que, nos próximos dez dias, o Brasil terá alcançado nesta Casa os dois terços necessários à conclusão do processo de **impeachment** do Presidente da República.

Respeitaremos todos os prazos, todo o ritual do processo de **impeachment**. Nós mesmos, do PDT, tomamos uma decisão fundamental, em termos políticos, de nos manifestarmos, como partido, após a divulgação do relatório da Comissão. Foi o que fizemos nesta segunda-feira, em que realizamos a maior manifestação pública em favor do **impeachment** do Sr. Presidente da República.

Mas, Sr. Presidente, apesar das nossas divergências com o atual Ministério, que vem praticando uma política econômica e social equivocada, recessiva e destruidora do povo brasileiro, destruidora da própria unidade nacional, que não está nos levando a nada, temos de reconhecer que a posição do Ministério foi de cassação do Presidente da República. Devemos ler com clareza a nota do Ministério, que não hipotecou solidariedade a um Presidente que, aos olhos de todo o Brasil, mais do que conivente com a corrupção, dela se beneficiou. O Ministério assegurou aos brasileiros, por enquanto, garantir um mínimo de governabilidade a esta nau que está soçobrando. Tenho certeza no entanto, de que chegará o momento em que a opinião pública brasileira não quererá mais esperar o final do ritual e cobrará do Presidente da República a sua renúncia. Nesse momento, creio, não será uma nota de um Ministério, mas uma renúncia coletiva, ou de sua grande maioria, que indicará ao Presidente da República o único caminho que lhe resta: a renúncia, para que o País não mantenha a agonia do ritual que seguiremos. Acredito que o Presidente da República, com um mínimo de bom senso, saberá abreviá-lo, para que o povo brasileiro não continue a sofrer essa transição, cada vez mais dolorosa. Na próxima semana já teremos os necessários dois terços. O ritual será seguido, a economia brasileira resistirá, mas todos nós temos certeza de que essa agonia não precisará se estender ao final de outubro ou ao início de novembro.

Hoje o povo brasileiro está nas ruas. Nós, Parlamentares, estamos conscientes. Partidos e parlamentares, que ainda não adotarem uma posição talvez não o tenham feito à espera de suas bases, de seus correligionários ou de seus colegas. Os atuais Ministros não se solidarizaram com o Presidente da República, apenas garantiram a governabilidade do País, num atitude, talvez, neste momento, nobre e justa. Após ouvi-los, a Nação espera que o Presidente saiba ouvir a voz do Congresso Nacional.

No momento em que o Congresso Nacional manifestar, com dois terços dos seus parlamentares, a vontade da população, a vontade de ruas do Rio, das ruas de São Paulo, das ruas de Brasília, das ruas do Brasil, consolidaremos ainda mais a redemocratização do País e, aí sim, pode-se avançar em direção a uma coisa que o Brasil nem sequer pensava conquistar anos atrás: derrubar esses quase cinco séculos de herança colonial, de ranço, de privilégios, de desigualdades sociais, de corrupção. Esperamos, neste final de ano, avançar em outra direção e mudar a política econômica, bem como nossa maneira de ver a coisa pública e a coisa privada e eliminar a conivência que, em cinco séculos de corrupção entre os setores público e privado, consolidaram esse quadro tão lamentável.

Depois de conquistarmos a democracia política, Sr. Presidente, estaremos prestes a conquistar a consolidação de uma nação justa, e poderemos, aí, sim, avançar para a diminuição e eliminação das injustiças sociais.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PMDB — AL) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto ocupo esta tribuna, a

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no Auditório Petrólio Portella, está prestes a encerrar os seus trabalhos.

A Nação brasileira vive um momento que entrará para a História como o de reconhecimento de que, pela primeira vez, uma comissão parlamentar de inquérito, a despeito de todas as dificuldades, conclui o seu trabalho de forma profícua e proveitosa.

Mas quero aqui registrar, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, as circunstâncias estranhas que ditam, sem dúvida alguma, o ocaso do pior Governo que este País já teve.

Não vou aqui maçar os meus companheiros com rememorações de discursos anteriores, em que se narrava com riqueza de detalhes tudo aquilo que a CPI apurou e pôde comprovar.

É curioso notar as vozes que se levantam neste momento! Em primeiro lugar, e com especial ênfase, as vozes das ruas. Recordo que, quando estudante e participando do Congresso de Ibiúna, fui preso juntamente com os companheiros, hoje Deputados, Vladimir Palmeira e José Dirceu. Eram tempos difíceis, em que protestar contra o Governo significava correr risco de vida.

Mas eis que hoje, depois de um período tão longo de silêncio, os estudantes voltam às ruas, o povo volta às ruas! Não se trata de vanguardas partidárias, por mais que os partidos, todos os partidos de oposição tenham, aqui e ali, tentado se apropriar do movimento de massa. O movimento é espontâneo. Mais que isso, é alegre, paradoxalmente festivo, porque impellido pela gravidade dos fatos denunciados e apurados pela CPI. O povo alegra-se com a expectativa do término de um governo sem precedentes em parâmetros de corrupção.

E as vozes das ruas ecoam, ecoam, Sr. Presidente, e chegam aos ouvidos dos Ministros de Estado! E ouvimos as vozes dos Ministros. Que coisa constrangedora, patética, singular, surrealista, a nota pela qual os Ministros se dirigiram ontem à Nação! Aliás, o Ministro Célio Borja foi de uma felicidade notável, quando, a certa altura, disse que os Ministros permanecem — e aqui textualmente — “compelidos pelo sentimento de dever para com o País”.

A nota assim diz:

“... Encerrado esse episódio, os Ministros de Estado e os Secretários de Governo confortar-se-ão em terem feito ao seu País, com a probidade de que, sem vaidade, se orgulham e com a competência que lhes é possível, o serviço que; em momento de sacrifícios, só poucos foram incumbidos de prestar.”

Esses Ministros não são mais Ministros de Collor! São meros ocupadores de espaço, para que o vácuo não se instale completamente no cenário político governista. É reconfortante ver nosso Führer, o orgulhoso Presidente da República, aceitar mais essa humilhação, que nasce dentro do seu próprio Ministério, que brota daquilo que deveria ser o âmago da sua própria sustentação política.

E as vozes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também chegam aos aliados do Presidente. Com que satisfação ouvimos, neste plenário, Deputados afirmarem que vão agora consultar as suas bases! Consultem, Srs. Deputados, consultem, porque a posteridade será inclemente com os surdos! Os eleitores serão implacáveis com os servís, e saberão ceifar as línguas e os mandatos daqueles que falam apenas para agradar aos poderosos de plantão.

Alguns já ouviram. No plenário da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito já testemunhamos a conversação de alguns

apóstolos, e temos que dizê-los com nomes e sobrenomes. Sem dúvida, o vigor cívico das ruas já invadiu o espírito do Senador Raimundo Lira, as almas do Senador Valmir Campelo, do Deputado Aécio de Borba e de tantos outros companheiros que estão ouvindo os quinhentos mil de São Paulo, os duzentos mil do Rio de Janeiro e os milhares que em todas as praças das capitais estão se manifestando contra o Governo Collor.

Hoje é um dia histórico, Sr. Presidente. Hoje a CPI faz com que a Nação brasileira não dê mais ao Presidente e a seus asseclas o benefício da dúvida. Quando aqui falava há dois ou três anos a respeito do que hoje se demonstra, alguém poderia dizer: é paixão política! É ranço da província! Deram a Collor o benefício da dúvida; hoje já não há mais lugar para isso. São os cheques milionários, os “fantasmas”, os “laranjas”, os depósitos vergonhosos, a hipocrisia, o farisaísmo que o desmascaram perante a Nação, demonstrando como são geridas as finanças públicas e privadas do País, em especial as do Presidente Collor.

Espero, Sr. Presidente, que todos os Parlamentares despertem para a importância deste momento. O conflito hoje não é ideológico; não há um repetir de 1964, quando esquerda e direita duelavam no plenário e nas ruas. Não! É um conflito entre honesto e ladrão, entre a ética e o antiético, e é isso que vai balizar a votação nesta Casa. Espero que as ruas continuem falando, que os Ministros continuem se sensibilizando e que os Parlamentares que ainda não se posicionaram sejam pressionados por suas bases e convidados por seus companheiros para o voto correto, para o impedimento do Presidente da República!

A Executiva Nacional do PMDB, em reunião hoje pela manhã, fechou questão pelo **impeachment**. Nossas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal ratificarão amanhã a decisão, e serão expulsos do partido aqueles que não seguirem essa orientação. Gostaria que em outros partidos também prevalecesse esse entendimento, menos pela ameaça de expulsão, muito mais pela ameaça de expulsão deste plenário nas eleições vindouras pela vontade soberana do povo brasileiro! (Muito bem! Palmas.)

O SR. AGOSTINHO VALENTE (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, desde as 9h desta manhã estamos assistindo à última reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que examina as denúncias de ilícitos penais contra o Sr. Paulo César Farias, formuladas pelo Sr. Pedro Collor de Mello, e só mesmo dois ou três Deputado desta Casa ainda poderiam dizer que elas não atingem o Presidente da República.

Toda a Nação está vendo — e somente três ou quatro Deputado não querem ver, — o que, se não por força de autoridade, acontece por omissão. Comprovada a improbidade na Administração Pública, o povo não mais se sente presidido pelo Chefe da Nação. A chefia da Nação cabe ficar restrita aos muros da casa de onde aparentemente partiu esse rol de escândalos que está a solicitar da Câmara que receba denúncia contra o Presidente da República, que formule a acusação e a remeta ao Senado Federal para que o julgue. Parece que o que é fácil perceber para 498 Parlamentares não é para três ou quatro Deputados.

O Senador Elcio Álvares, do PFL do Espírito Santo, acaba de proferir o seu pronunciamento, em nome da sua Liderança, na derradeira reunião daquela CPI, dizendo que o regimento do PFL — e S. Ex^a afirma que o leu todo, pois